

Associações farmacêuticas e ensino: a busca do sentido científico no oitocentos

Verônica Pimenta Velloso*

RESUMO:

Reflexão sobre o papel da Sociedade Farmacêutica Brasileira no processo de institucionalização do ensino farmacêutico no Brasil, fazendo contrapontos com sua similar em Portugal, a Sociedade Farmacêutica Lusitana. A referência portuguesa sobressai aqui, lembrando que foi por ocasião da transferência do Príncipe Regente D. João e sua Corte para o Brasil, que foram criadas as primeiras escolas de cirurgia na Bahia e no Rio, que incluíam nos anos seguintes uma disciplina de matéria médica e farmácia em seus currículos. Neste período, o boticário Ezequiel Corrêa dos Santos (1801-1864) diplomou-se pela Fisicatura, tornando-se um dos principais fundadores da associação farmacêutica brasileira em março de 1851, e seu presidente até 1864, quando morreu.

RÉSUMÉ:

Penser sur les fonctions de la Sociedade Farmacêutica Brasileira dans le enseignement de la pharmacie en procès de création au Brasil, en faisant des contrepoints avec sa équivalent en Portugal, la Sociedade Farmacêutica Lusitana. La référence portugaise se faire présent par l'occasion de le déplacement du Prince Régent D. João et sa cour pour Brasil, quand sont créés les premières écoles de chirurgie en Bahia et Rio, que pendant les années suivantes ont installées une discipline de matière médicale et pharmacie aux ses curriculum. Pendant ces temps, Ezequiel Corrêa dos Santos (1801-1864) deviens apothicaire formé par la Fisicatura, et il a été un des principaux créateurs de l'association pharmaceutique brésilienne en mars 1851, dont il a été président jusqu'à 1864, quand il est mort.

Palavras-chave :

Farmácia – ensino – associações

Pharmacie - enseignement - associations

* Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, RJ. Este estudo é parte integrante de minha tese de doutorado: “Farmácia na Corte Imperial: práticas e saberes (1851-1887)”, COC/FIOCRUZ, RJ, 2007. Disponível na Internet: <http://www.fiocruz.br/ppghcs/media/farmacianacorteimperial.pdf>

Agradeço à CAPES por ter concedido bolsa de estudos durante os 4 anos do curso, além de bolsa para realização de estágio de doutorado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

A reflexão sobre o processo de institucionalização do ensino farmacêutico no Brasil, nos remete à referência portuguesa na sua estruturação e ao papel desempenhado pelas associações farmacêuticas neste sentido: a Sociedade Farmacêutica Brasileira, no Rio de Janeiro, e a Sociedade Farmacêutica Lusitana, em Lisboa. As semelhanças entre as suas propostas e as peculiaridades em algumas de suas concretizações, merecem ser destacadas neste processo entre os anos de 1850 e 1860, período em que a Sociedade Farmacêutica Brasileira, através de seu presidente o boticário Ezequiel Correa dos Santos, e filhos, conseguem uma inserção no espaço acadêmico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

A questão da instrução e do incentivo que deveria ser dado às ciências em geral era ressaltada por ambas monarquias constitucionalistas. Grande parte das associações que estavam sendo criadas no período tinham fins pedagógicos. Isto explicaria o fato das figuras da rainha D. Maria II, em Portugal, cognominada de “a educadora”, e D. Pedro II, no Brasil, serem sempre lembrados nas solicitações de apoio feitas pelas associações farmacêuticas. Mas, nem sempre as medidas legislativas aprovadas por aquelas monarquias e os seus respectivos cumprimentos, corresponderiam às expectativas daqueles farmacêuticos com relação ao ensino.

Diante da profusão de curadores informais tais como, fazedores de remédios, droguistas, herbolários e curandeiros, que tinham acesso às informações terapêuticas que circulavam através dos formulários, manuais e livros, formou-se uma elite farmacêutica e médica a partir da configuração desses espaços de sociabilidade científica e profissional. Desde 1835, a reunião destes atores já pode ser observada na Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, na Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa e na Sociedade Farmacêutica de Lisboa. Esta elite buscava então, suas diferenças na titulação acadêmica ou na organização de seus saberes específicos em relação a um universo em que as práticas de cura misturavam-se ou se concentravam num mesmo personagem. Neste quadro, a questão da oficialização do ensino e de seus instrumentos corresponderia à criação de espaços da ciência a serem conquistados pelos atores farmacêuticos, restringindo suas práticas a determinado grupo.

Desde o seu início, o ensino da farmácia luso e brasileira no espaço acadêmico, vai estar vinculado ao da medicina, expressando e fortalecendo uma posição de inferioridade e de dependência da farmácia na hierarquia acadêmica.

O desejo de obter autonomia das instituições de ensino da medicina e a vontade de se equipararem aos médicos e cirurgiões, em termos de prestígio e reconhecimento, estava

3

implícito nas propostas de melhoria do ensino feitas por estes farmacêuticos. Por outro lado, eram partilhadas por essas associações as impressões e sentimentos de inferioridade por estarem atrasados no que dizia respeito ao ensino farmacêutico, com relação aos países europeus considerados centros científicos. A Alemanha, a França e a Espanha eram apontadas como exemplos por terem em suas universidades escolas de farmácia separadas das de medicina.

Em 1853, a atitude da Sociedade Farmacêutica Lusitana de apresentar um projeto de criação de escolas especiais de farmácia, ao governo português, era citada como exemplo para o Brasil, pelo farmacêutico Manoel Hilário Pires Ferrão, da Sociedade Farmacêutica Brasileira. Nos discursos destes farmacêuticos, o atraso também estava no fato do farmacêutico ser considerado como um simples boticário, ou seja, como “depositário e guarda de recursos terapêuticos da medicina” (*REVISTA...*, 1853-1854:7). Reivindicavam para si, o estatuto de homem de ciência e rejeitavam o de simples negociante.

Boticário, como o que aprendia o ofício na prática cotidiana das boticas aparecia associado às corporações de ofício, características da idade média, correspondendo à imagem de “cozinheiro de médico” que poderia caracterizar tanto uma relação de inferioridade em relação ao médico, como um fazer alquímico, de conotação mágica. Uma imagem “antiga” que contrastava com a do “farmacêutico moderno” que tinha como ambiente de trabalho um laboratório, onde se utilizava da química para analisar e manipular os medicamentos, assessorado por ajudantes, e não mais uma “cozinha”, onde se praticavam excêntricas alquimias.

As primeiras associações farmacêuticas criadas na Corte brasileira em meados do século XIX e a Sociedade Farmacêutica de Lisboa, de 1835, expressariam através de suas propostas interesses distintos entre a medicina e a farmácia na área do ensino. A proximidade ou mesmo aliança entre farmacêuticos e médicos, não anulava a hierarquia que havia entre a medicina e a farmácia no espaço acadêmico, ou mesmo em suas práticas, no cotidiano. Ao mesmo tempo em que esta aliança proporcionava à farmácia uma distinção com relação a outras artes mecânicas, submetiam os seus atores às autoridades médicas. Os farmacêuticos, no preparo das receitas prescritas pelos médicos (as fórmulas magistrais) deviam responsabilizar-se pelas drogas utilizadas na sua execução, mesmo que elas fossem comercializadas muitas vezes por terceiros. Por outro lado, o aviamento das fórmulas magistrais sugere uma possível sociedade entre o farmacêutico e o médico, já que a apresentação das receitas ficava condicionada à consulta médica, e os remédios deviam ser

4

preparados numa farmácia. Enfim, juntos tentavam se proteger do mercado informal de assistência à população e do preparo e venda de medicamentos.

A intenção dos farmacêuticos reunidos em associações, era a de deslocar o aprendizado realizado nas boticas para dentro do espaço acadêmico, reunindo o ensino prático ao teórico, e quebrando a exclusividade dos médicos no ensino farmacêutico. Mas, ao longo do século XIX, o que vai predominar é a titulação obtida a partir da prática nas boticas, do aprendizado oficial, sem passar pela frequência escolar e os cursos farmacêuticos permanecerão vinculados às escolas médicas tanto no Brasil como em Portugal.

Desde a reforma do ensino médico aprovada em 1854 (decreto nº1387, de 28 de abril), havia sido prevista a instalação de uma oficina farmacêutica no interior das faculdades para que os alunos pudessem praticar desde o 1º ano do curso. Ficava estabelecido também que enquanto o governo não efetivasse esta medida, a congregação indicaria uma oficina particular, cujo diretor receberia uma gratificação.

Os farmacêuticos da Sociedade Farmacêutica Brasileira ao se depararem com a aprovação desta reforma, viam algumas de suas reivindicações incluídas, como a da criação de uma cadeira de farmácia prática. No periódico da associação, enfatizavam a importância da prática não só na formação do farmacêutico, como também na do cirurgião e do médico. As expectativas em torno desta cadeira especial de farmácia eram muitas. A cadeira ao reunir o ensino prático e teórico nas preparações e operações farmacêuticas, daria destaque ao papel da química, entendida como a disciplina que imprimiria o sentido científico à farmácia:

a química é o farol que deve indicar ao discípulo o ponto certo a que deve chegar, para que mais tarde possa, com conhecimento de causa, e sem remorsos da consciência, dirigir bem uma botica, prestar importantes serviços a humanidade, e honrar a farmácia e o Brasil. É pelos conhecimentos químico-farmacêuticos que bem se há de dirigir o ensino da farmácia, quer na prática de todas as suas preparações, quer na explicação de suas teorias, porque não há um só fenômeno no exercício da farmácia, que não seja regido em todas as suas ações pelas leis dessa grande potência científica que opera até no homem, desde que nasce até além de sua morte, não há mais farmácia galênica (*REVISTA...*, 1852-1853:163).

Desta forma, faziam uma crítica à organização do ensino proposta pela reforma de 1832, visto que a exigência da prática de 3 anos em botica particular que fosse reconhecida, não era cumprida pela maioria dos alunos, que formavam-se sem ter noção de como funcionava uma botica. Com a nova reforma, pretendia-se uniformizar as preparações a partir da instalação da cadeira, cujo professor, elegeria um único autor a ser seguido. A cadeira supriria a falta de um código farmacêutico brasileiro, evitando a consulta a diferentes

5

formulários estrangeiros adotados. O espaço acadêmico era entendido então, como local de padronização daquelas práticas.

A EXPERIÊNCIA ACADÊMICA DE EZEQUIEL E FILHOS

Cabe aqui destacar, a experiência vivenciada pelo boticário Ezequiel Corrêa dos Santos, ao ceder o seu laboratório químico-farmacêutico à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para o ensino da cadeira de farmácia prática, cujo lente era seu filho homônimo. Ao lado de seus dois filhos, Ezequiel Júnior (farmacêutico e médico diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e lente da cadeira de farmácia a partir de 1854) e Ernesto Frederico dos Santos (farmacêutico que completou os seus estudos na França), Ezequiel Corrêa, como presidente da Sociedade Farmacêutica Brasileira, foi um personagem chave nesta inserção dos farmacêuticos no espaço acadêmico. Embora ele próprio tivesse obtido sua formação através do aprendizado oficial, e mediante a prestação de exames perante a Fisicatura-mor, à frente da Sociedade posicionava-se a favor da academização deste aprendizado, com participação dos farmacêuticos.

Mas, para se alcançar estes objetivos, Ezequiel custearia com seus próprios recursos a viagem de seu filho Ernesto a Paris. Como redator do periódico da Sociedade Farmacêutica, em 1855 foi autor do artigo, “Farmacêuticos viajores”, no qual falava da necessidade do governo imperial custear as viagens de farmacêuticos recém formados aos centros científicos europeus da época, com fins de aperfeiçoarem os seus conhecimentos, como era feito com os doutores em medicina.

Naquele mesmo ano, Ezequiel havia sido comunicado oficialmente sobre a escolha de sua oficina farmacêutica pela congregação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Mas, as negociações entre ele e a congregação prolongaram-se, e só em agosto de 1861, as aulas em seu laboratório tiveram início.

Ezequiel propunha a ampliação das instalações de seu laboratório situado à rua do Areal, próximo ao Campo de Santana, para poder servir à Faculdade de Medicina, ao mesmo tempo em que se prestava a dirigir o trabalho sem estabelecer condições de lucro. Ao enviar o seu filho Ernesto a Paris, parecia ter a intenção de seguir a orientação dada pela congregação de reunir todos os instrumentos e máquinas descritos pelo farmacêutico francês Eugène Soubeiran (1797-1859) em seu tratado de farmácia prática. Mas, na verdade ele propôs uma ampliação das funções do laboratório, sugerindo montá-lo nos mesmos moldes da Farmácia Central, dirigida pelo mesmo farmacêutico, Soubeiran, filiado à Sociedade

6

Farmacêutica de Paris e lente da Escola de Farmácia e da Faculdade de Medicina de Paris¹. Através de correspondência enviada à congregação da Faculdade de Medicina, propunha como incumbências de seu laboratório preparar todos os produtos químicos e farmacêuticos usados em medicina para instrução dos alunos, além de outros que eram aplicados nas diferentes indústrias. A Faculdade poderia utilizá-lo como gabinete de ensaios de medicina legal e outros exames químicos, arcando apenas com o preço de custo dos materiais e substâncias utilizados. Percebe-se então, que a proposta de Ezequiel além de criar um espaço de ensino e aprendizagem para a farmácia prática, incluía a ampliação das funções do laboratório, centralizando o fornecimento das preparações farmacêuticas:

O governo concede ao proprietário da farmácia central, como indenização das grandes despesas que tem a fazer para o estabelecimento dela, seu custeio de pessoal e material, o fornecimento de todas as drogas, simples, medicamentos compostos officinais e magistrais que é de uso comprar-se para os hospitais militares de mar e terra, ambulâncias para o exército, enfermarias de estabelecimentos públicos, etc., que serão sempre fornecidos pelos preços ordinários do mercado, na época em que forem pedidos (*REVISTA...*, 1855:148).

Contudo, Ezequiel encontrou uma série de empecilhos para a concretização de suas metas. A cessão de seu laboratório à faculdade de medicina não corresponderia às expectativas daqueles farmacêuticos, esbarrando num quadro de hierarquias, insatisfações e precariedades do ensino prático. A seção de ciências acessórias, onde estava inserida a cadeira de farmácia, carecia de pessoal para trabalhar nos laboratórios, os preparadores, trabalho desempenhado pela categoria dos opositores, e de professores.

O seu filho Ezequiel, lente de farmácia, ao expor o programa de sua cadeira na Memória Histórica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1862), observava que aquelas aulas ainda não satisfaziam as exigências do ensino devido à natureza particular do estabelecimento, à curta duração do serviço diário e à falta de um abundante e variado receituário. Criticava também, a diferenciação estabelecida pelas instruções de 4/01/1860², entre a prática dos alunos de medicina e os de farmácia. Os primeiros, eram obrigados a freqüentarem as suas aulas apenas durante um ano, duas vezes por semana, ficando restritos à

¹ Soubeiran era autor de livro didático (*Nouveau Traité de Pharmacie Théorique et Pratique*, 1840) que teve várias edições, tendo sido utilizado nas escolas médicas do Rio de Janeiro e de Lisboa. Foi também farmacêutico chefe dos hospitais, e membro da Academia de Medicina de Paris.

² “Dá instruções para o serviço das oficinas farmacêuticas das faculdades de medicina”. Ver Decisão nº9 – Portaria de 4 de janeiro de 1860. In: Collecção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1860. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1861, p.10-12.

7

parte das análises químicas, ao passo que os alunos de farmácia eram obrigados a uma prática diária de três anos. E, contraditoriamente, aquelas mesmas instruções autorizavam um opositor da seção de ciências acessórias (doutor em medicina) a reger a aula de farmácia prática, ou seja, fazer na presença dos alunos as preparações das substâncias medicamentosas de acordo com o programa regido pelo lente de farmácia e ensinar-lhes praticamente estas preparações.

Em 1864, ano do falecimento de Ezequiel pai, a situação se agravaria com a extinção pelo Ministério do Império, das funções de preparador de química orgânica e farmácia que passariam a ser exercidas por um único opositor, como diretor da oficina de farmácia. Na Faculdade de Medicina do Rio, esta medida era inviável, devido à localização da oficina de farmácia, distante do prédio da Faculdade, no Largo da Misericórdia, onde eram realizadas as aulas de farmácia teórica e química. Com a guerra do Paraguai (1865-1870), houve um esvaziamento no quadro de professores e alunos, que foram convocados pelos serviços de saúde da Armada. Isto possibilitou no ano de 1867, a contratação, em situação extraordinária, de pessoas estranhas à faculdade. O cargo de diretor da oficina farmacêutica foi ocupado então, durante um ano, pelo irmão de Ezequiel Jr., Ernesto Frederico dos Santos, cuja proficiência em matéria de farmácia e ciências naturais foram reconhecidas.

Em 1873, pelo Aviso do Ministério do Império de 29 de janeiro, a oficina farmacêutica era transferida para as dependências da Santa Casa da Misericórdia. Alegou-se para isso, a precariedade de suas instalações, a sua má localização, além do custo alto para mantê-la. O fornecimento de substâncias medicinais e outros objetos necessários a seu funcionamento, passaram a ser solicitados à drogaria Janvrot. O farmacêutico diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio, Eduardo Júlio Janvrot, presidia o Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, criado em 1858, que a partir dos anos de 1870 centraria as suas ações na criação de escolas.

A sobrevivência do laboratório de Ezequiel e filho, como local de ensino da parte prática da farmácia na Faculdade de Medicina, não iria muito além da existência da Sociedade Farmacêutica Brasileira e do próprio Ezequiel pai. Percebe-se no processo de criação e término dessa associação, a transformação da botica em laboratório, as relações familiares que ela envolvia e as limitações desta primeira investida da classe farmacêutica no ensino acadêmico condizente com suas práticas.

O Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, daria continuidade de certa forma, às propostas da Sociedade Farmacêutica Brasileira, ao criar a Escola de Humanidades, em 1874,

8

e a Escola Superior de Farmácia, em 1884. Estas iniciativas, no entanto, tiveram duração efêmera.

Em Portugal, os integrantes da Sociedade Farmacêutica Lusitana também tiveram dificuldades em tornar reais as suas reivindicações de implantar um ensino farmacêutico independente da medicina. Uma das peculiaridades do ensino farmacêutico português, que deve ser observada, diz respeito a permanência da centralização do ensino médico e farmacêutico pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, mesmo depois da transformação das escolas de cirurgia de Lisboa e de Porto em escolas médico-cirúrgicas. Esta modificação deu-se durante o reinado de D. Maria II, através da lei de 29/12/1836, quando foram introduzidas novas cadeiras de medicina e farmácia. A equiparação entre as instituições de ensino, prevista pelo decreto de 20/06/1866, também não eliminaria aquela centralização que atravessou o século XIX. O acesso ao magistério neste século ficou restrito a um ou outro farmacêutico, como José Tedeschi, que lecionou toxicologia na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e também foi presidente da Sociedade Farmacêutica Lusitana.

O número reduzido de alunos matriculados nas escolas que surgiram tanto na cidade do Rio de Janeiro como em Lisboa, revelavam as dificuldades daquelas instituições públicas e também privada no caso da escola do Instituto Farmacêutico, em organizar e orientar a prática farmacêutica, considerada como complementar e tão importante como a teoria, para a farmácia tornar-se uma ciência que fosse reconhecida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Edital. In: *Revista da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, Rio de Janeiro, v.3, p.7, 1853-1854.

Escola de Medicina - Cadeira de Farmácia. In: *Revista Pharmaceutica: Jornal da Sociedade Pharmaceutica Brasileira*, Rio de Janeiro, v.2, p.163-166, mai 1853.

SANTOS, Maria de Lourdes dos. Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração). *Análise Social*, Lisboa, vol. XV (57), p.69-115, 1979.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas dos Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VELLOSO, Verônica Pimenta. Ensino farmacêutico e associações: Rio-Lisboa. *Estudos do Século XX. Educação Contemporânea: Ideologias e Dinâmica Social*. Coimbra: Ariadne. n.6, p.333-352, 2007.